



EXPEDIENTE DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025

Proc. Adm. nº 3870/2024

Objeto: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS E LUBRIFICANTES - SRP

RECORRENTE: RAVI E-COMMERCE LTDA

RECORRIDA: MARCIO COUTO TEIXEIRA DE CARVALHO BARBOSA

I – DA TEMPESTIVIDADE E DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

A interposição de Recurso Administrativo pela Recorrente RAVI E-COMMERCE LTDA está em conformidade com os requisitos de Admissibilidade, Legitimidade da Parte, Tempestividade, Interesse Recursal e Forma, disposto no item 10 do Edital de Pregão Eletrônico nº 019/2025.

Verifica-se também a tempestividade da peça ora apresentada, motivo pelo qual, entende-se que o Recurso impetrado deve ser conhecido.

Ademais, resta comprovado que prazo igual tiveram as demais empresas interessadas para apresentar suas Contrarrazões, em respeito aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, perpetrado pelo Art.º 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, todavia, apenas a empresa MARCIO COUTO TEIXEIRA DE CARVALHO BARBOSA apresentou manifestação.

II – DAS RAZÕES RECURSAIS DA RECORRENTE.

Em um resumo sintetizado, a empresa recorrente, interpôs recurso requerendo a desclassificação da recorrida pelo fato desta ter apresentado, em sua proposta, mais de uma marca/modelo para os itens aos quais sagrou-se vencedora (itens 02 e 04).

“...A licitante MARCIO COUTO TEIXEIRA DE CARVALHO BARBOSA também se fez presente, obtendo êxito na disputa de alguns itens.

Ocorre que, ao término da fase de lances, esta empresa constatou incongruências na proposta de referida empresa, no que tange aos itens 2 e 4, visto que indicou diversas marcas para o mesmo item, além de não informar o modelo dos produtos ofertados, em desacordo com o exigido no instrumento convocatório. Diante disso, se interpõe a presente peça recursal, para requerer a desclassificação da empresa MARCIO COUTO TEIXEIRA DE CARVALHO BARBOSA nos itens 02 e 04, tendo em vista sua proposta estar em desacordo com as determinações constantes no Edital...”

III – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRIDA.

Em suas contrarrazões, a empresa Recorrida, procedeu com as seguintes considerações:

“...Após a análise do pedido enviada por parte do licitante e, foi constatado que o mesmo não possui nenhuma base para alegar inabilitação da minha empresa.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, permite que o licitante entregue um produto de igual qualidade ou superior, DESDE QUE ATENDA AS OUTRAS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Diante disto, viemos através deste, enviar nosso contraposto.

Sobre a questão de várias marcas, não é vedada a inclusão de uma ou mais marcas para atender o referido pregão, outrora também, no próprio edital, a descrição dos itens indicam MAIS DE UM padrão de qualidade a ser seguido...

Sobre o questionamento do modelo do produto, está bem claro no edital, pois cada pneu tem sua medida bem especificado e cada fabricante fabrica o modelo de acordo com a medida de pneu, ou seja, para o item 2 o modelo seria 195/65 r15 e para o item 4 seria 205/60-15 conforme solicitado no edital...”



IV – DO JULGAMENTO E DECISÃO

Em consideração ao direito de petição, constitucionalmente resguardado, passa-se a análise dos fatos ventilados na intenção de recurso manifestado na sessão de julgamento datada de 28/04/2025.

Cumprir destacar, por oportuno, que o PREGOEIRO realizou o julgamento do procedimento licitatório de acordo com os parâmetros delineados no edital e conforme as exigências de documentos e disposições previstas no ato convocatório, bem como observou os Princípios Constitucionais (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência) e os Princípios Específicos (Competitividade, Isonomia, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Procedimento Formal e Julgamento Objetivo), sem deixar de observar o princípio do formalismo moderado.

O princípio do formalismo moderado, em contexto administrativo, busca equilibrar a necessidade de cumprimento de formalidades legais com a flexibilidade para corrigir erros ou vícios que não comprometam a essência do ato administrativo, o interesse público ou os direitos dos cidadãos. Ele permite que a administração pública, em determinadas situações, possa dispensar ou flexibilizar requisitos formais sem prejudicar a eficácia do ato ou a legalidade do processo.

O excesso de formalismo pode levar à inabilitação ou desclassificação de licitantes que têm as melhores propostas, apenas por erros formais que não prejudicam a qualidade da oferta.

A desclassificação e/ou inabilitação de uma empresa em licitação por informar mais de uma marca na sua proposta pode ocorrer em situações específicas, como a identificação de marca em propostas de pregão eletrônico, que pode quebrar o sigilo e levar à desclassificação. No entanto, a inabilitação por esse motivo isoladamente pode ser considerada exagerada, dependendo do contexto e das regras do edital.

Dito isto, e após a reavaliação das propostas ofertadas para os itens 02 e 04 do presente processo licitatório, não fora identificado nenhuma irregularidade que venha a comprometer o fornecimento do objeto em questão, uma vez que a empresa detentora da melhor proposta ofertou marcas alternativas inclusive uma delas também ofertada pela recorrente, mais especificamente a marca “DOUBLEKING”. Sendo assim, não nos parece nem um pouco razoável, abrir mão da melhor oferta por conta de a empresa recorrida ter apresentado, em sua proposta, mais de uma marca em alternativa.

No que tange a informação de marcas e modelos nas propostas apresentadas, tal mecanismo serve apenas para se ter uma base, ou seja, para que a administração e os participantes tenham uma noção do produto ofertado. Pois o que realmente é levado em consideração, é que as empresas participantes se comprometem, mediante assinatura da proposta final do sistema, em entregar um produto ao qual atenda as especificações, na íntegra, do instrumento convocatório independente da marca e modelo ofertado no momento da apresentação de sua proposta.

Durante a vigência de um Registro de Preços ou até mesmo de um contrato, é muito comum presenciarmos as empresas solicitarem às secretarias requisitantes, a “Troca de marca ofertada”, por diversos motivos, tais como: falta de abastecimento do fornecedor e/ou importador, por conta de descontinuidade do produto, alta repentina de preços, etc. Sendo assim, seguindo a linha de raciocínio da recorrente e hipoteticamente falando, a administração pública ficaria fadada a receber apenas a marca ofertada por um determinado licitante sem que lhe fosse conferida a possibilidade da entrega de um outro produto que também atendesse as especificações do edital, no caso de algum acontecimento supracitado, o que provavelmente ensejaria na desclassificação de sua proposta e consequente convocação de remanescentes para que se fosse efetivada a contratação, com valores superiores, obviamente, aos da 1ª colocada. Tal conduta não nos parece nem um pouco vantajosa.

Por fim, ressaltamos que o setor responsável, através do fiscal de contrato, tem o dever de não receber qualquer produto em desacordo com o edital, independente de marca/modelo ofertado na proposta das licitantes.

Face ao exposto, o PREGOEIRO ratifica os termos constantes da ata de julgamento referente ao processo administrativo 3870/2024 (EDITAL PE 019/2025), mantendo a decisão que foi proferida em 28/04/2025 na sua totalidade com a respectiva classificação da proposta, habilitação do licitante que



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

apresentou a melhor proposta para os itens 02 e 04, e da declaração de vencedora dos referidos itens a empresa MARCIO COUTO TEIXEIRA DE CARVALHO BARBOSA.

À consideração da Autoridade Administrativa Superior para apreciação e decisão, tendo em vista ser sua a competência recursal, observados o Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e o de Segregação de Funções, conforme preceitua o art. 165, § 2º da Lei Federal nº 14.133/21.

Sumidouro, 08 de maio de 2025.

Thiago Bandeira de Gouvêa Marques
Pregoeiro

RATIFICO nos termos artigo 165, parágrafo 2º, da Lei nº 14.133/21 a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

Claudia Bastos Charles
Secretária Municipal de Saúde